



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES - 2025
COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA E RISCOS (CGER)

1) N° do SEI: 0001670-08.2025.6.16.8000

2) COMPOSIÇÃO DA EQUIPE	UNIDADE
Dra. Vanessa Jamus Marchi	Juíza de Cooperação de 1º Grau
Dr. Marcel Guimarães Rotoli de Macedo	Juiz de Cooperação de 2º Grau
Diogo Sguissardi Margarida	Assessoria de Gestão Estratégica da Presidência
Silvia Albuquerque Medici Metri	Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral
Iuri Camargo Kisovec	Secretaria de Administração
Gabrielle Ana Selig Shiohara	Secretaria de Gestão de Pessoas
Valcir Mombach	Secretaria de Planejamento e Logística de Eleições e de Inovação
Helton José Sanchez	Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Gilmar José Fernandes de Deus	Secretaria de Tecnologia da Informação
Danielle Cidade Morgado Maemura	Secretaria Judiciária
Melissa Diniz Medroni	Secretaria de Comunicação e Multimídia
Patricia Fretta Nogueira de Lima Cabral	Coordenadoria de Planejamento de Estratégia e Gestão
João Paulo de Castro	Coordenadoria de Transporte e Segurança Institucional
Daniele Cristine Forneck Franzini	Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral
Dieison Picin Soares Bernardi	Cartório da 010ª Zona Eleitoral da Lapa

3) REUNIÕES REALIZADAS

1ª Reunião Ordinária Data: 11/04/2025

Ações Deliberadas\Resultados Implementados:

1. Comunicada a aprovação, pela Presidência, da atualização do Planejamento Estratégico 2021-2026, pela Portaria TRE-PR nº 104/2025 que foi publicada na Internet do Tribunal.
2. Divulgados os resultados do Plano de Gestão, com o alcance de 20 das 35 metas condicionais em dezembro de 2024, e comunicada sua revisão, formalizada pela Portaria TRE/PR nº 100/2025.



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

3. Publicada Portaria TRE/PR nº 78/2025, que regulamenta a criação e o funcionamento de comissões temporárias e grupos de trabalho na Justiça Eleitoral do Paraná.
4. Relatadas as Metas Nacionais 2025.
5. Realizada a adequação da página da internet, com a inserção de links, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Ranking da Transparência do CNJ 2025.
6. Anunciada a implantação do SEI, como sistema oficial para tramitação de processos administrativos.
7. Criado Grupo de Trabalho Urnas Eletrônicas/Impacto Eleições 2026, que elaborou Plano de Ação para aprimorar o controle da manutenção das urnas e suprimentos pelos cartórios.
8. Explanado a respeito da premiação e pontuação relativas ao Prêmio CNJ de Qualidade 2025.
9. Informado acerca do Prêmio Equidade Racial, destinado a reconhecer as melhores práticas na promoção da igualdade racial nos tribunais.
10. Comunicado a respeito do Portal de Boas Práticas do CNJ, plataforma criada para disseminar projetos inovadores e ampliar a gestão do conhecimento, visando a melhoria dos serviços e da prestação jurisdicional no Poder Judiciário.
11. Apresentado o Prêmio Justiça Eleitoral e o Selo de Qualidade Eleitoral, premiações anuais criadas pelo TSE para divulgar projetos inovadores que promovam e garantam o direito ao voto e a preservação da democracia, bem como reconhecer os Tribunais que tiveram atuações de destaque.
12. Debatido sobre os Riscos Estratégicos de 2025 e deliberado que cada área deverá apresentar, com as devidas justificativas, os riscos que serão monitorados por seus respectivos Comitês.

2ª Reunião Ordinária Data: 27/05/2025

Ações Deliberadas\Resultados Implementados:

1. Definidos os riscos estratégicos que serão acompanhados pelo Comitê: **a)** Cumprimento dos indicadores processuais que compõem as metas nacionais e o Prêmio CNJ de Qualidade; **b)** Utilização das urnas eletrônicas antigas; **c)** Ausência de recursos financeiros suficientes para finalizar obras; **d)** Circulação de informações falsas a respeito de sites e serviços da Justiça Eleitoral; **e)** Insuficiência de kitsBio para final de prazo e **f)** Zonas Eleitorais em cidades de difícil acesso e com pouca estrutura.
2. Comunicada a construção da matriz referente ao risco “Divergência na extração de dados estatísticos relacionados ao número de capacitados(as) em determinado tema,



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

devido à existência de ações multidisciplinares que podem, em tese, contemplar mais de um assunto/requisito de cumprimento das metas e indicadores” em conjunto pela COEJE e AGEP.

3ª Reunião Ordinária

Data: 21/08/2025

Ações Deliberadas\Resultados Implementados:

1. Notificado a respeito do IPER (Indicador de Desempenho na Promoção da Equidade Racial), regulamentado pela Portaria CNJ nº 100/2025, que tinha previsão de divulgação do resultado em setembro.
2. Comunicada a implantação do BI - Gestão Processual (Painel com atualização constante que permite atuação em unidades específicas).
3. Noticiado que o TRE-PR atingiu a 6ª posição entre os órgãos do Poder Judiciário no Painel Nacional de Implementação de LGPD - TCU.
4. Informado que o Tribunal alcançou 98,42% no Ranking da Transparência CNJ 2025.
5. Comunicado o resultado da mensuração dos Indicadores Estratégicos, realizada em julho de 2025, bem como noticiados os dados quanto ao cumprimento das Metas Nacionais 2025.
6. Anunciada a revisão do Plano de Gestão 2024/2025, que passou a contar com 53 metas, assim como informado o resultado das ações previstas.
7. Informado acerca da exigência do item 1.7 do Selo de Qualidade Eleitoral, intitulado “Planejamento Integrado das Eleições e Gestão de Riscos”.
8. Autorizada, pela presidência, a realização do curso de Governança e Gestão de Riscos, que foi ministrado pelo Centro Universitário FAE.
9. Apresentadas as matrizes dos riscos que foram monitoradas pelo CGER e a matriz de risco que ficou sob responsabilidade da COEJE.

4ª Reunião Ordinária

Data: 19/11/2025

Ações Deliberadas\Resultados Implementados:

1. Informado acerca do novo procedimento a ser adotado para fins de coleta de dados dos eventos realizados pelas unidades.
2. Noticiado que o TRE-PR alcançou 87% (100 de 115 pontos) no IPER (Indicador de Desempenho na Promoção da Equidade Racial – Portaria CNJ nº 100/2025), garantindo a 6ª posição geral (4ª entre TREs) e recebendo Menção Honrosa na categoria “desempenho” pela melhora percentual entre as edições.



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

3. Divulgado que o TRE-PR recebeu pela 2º vez consecutiva, a categoria Diamante no Prêmio CNJ de Qualidade.
4. Comunicado que o TRE-PR conquistou a categoria Diamante no Selo de Qualidade Eleitoral do TSE.
5. Noticiado que o Tribunal foi finalista na categoria Eleitor Comprometido do Prêmio TSE, com o Projeto - “Embaixadora da Justiça Eleitoral”, que destaca a atuação da influenciadora Pietra Silvestri, embaixadora da Justiça Eleitoral no Paraná nas Eleições de 2024.
6. Informado que em dezembro foram encaminhadas sugestões dos capítulos do Relatório de Gestão para atualização/validação pelas unidades até 15 de janeiro.
7. Noticiado que o Relatório de Transição foi feito pela AGEPE e que será entregue em dezembro ao presidente eleito para o biênio 2026-2027 e que o Relatório de Atividades será elaborado pela CPEG e entregue na última sessão de janeiro de 2026.
8. Destacada a realização de reuniões com todas as unidades que possuíam Indicadores Estratégicos ou ações do Plano de Gestão com mensuração abaixo do esperado.
9. Relatado que os membros e/ou substitutos do CGER participaram do curso sobre Governança e Gestão de Riscos.
10. Informado a respeito das ações realizadas em conjunto pela SECPLEI (CPEG e SAI) e SECGP para reduzir comissões e otimizar a eficiência, cumprindo determinação do CNJ de publicar atas/resultados.
11. Noticiado o resultado da mensuração dos 35 Indicadores Estratégicos e das 53 metas do Plano de Gestão 2024-2025, realizada em setembro de 2025.
12. Informados os dados relativos ao cumprimento das Metas Nacionais 2025.
13. Relatados os posicionamentos sobre a materialização dos riscos institucionais monitorados pelo CGER e seus impactos.
14. Sugerida a monitoração, como risco residual, das atualizações do sistema do TRE-CE.
15. Deliberado pelo encaminhamento, à Alta Administração, de proposta de criação de uma Unidade de Controle Interno, visando instituir controles preventivos.
16. Estabelecido que as áreas deverão apresentar sugestões para os riscos estratégicos a serem acompanhados pelo Comitê no exercício de 2026 na reunião ordinária de março. O planejamento deverá preservar os riscos monitorados em 2025, incorporando obrigatoriamente os riscos inerentes à eleição.



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

17. Realizada orientação, pela Coordenadoria de Segurança, Inteligência Artificial e Governança de TI, acerca da parametrização das reuniões, para que as anotações da gravação sejam enviadas apenas aos organizadores.
18. Recomendado que a unidade gestora do SEI (SEGDMB) realize consulta junto a outros TREs para verificar os procedimentos adotados no acesso a informações pessoais em processos restritos.
19. Deliberado pela apresentação, à Alta Administração, de proposta para a aquisição de novos kits biométricos junto ao TSE.
20. Destacada a necessidade de elaboração do Novo Plano de Gestão (2026-2027) devido à mudança de gestão. A revisão dos indicadores estratégicos para o novo ciclo de seis anos também será realizada, visando o alinhamento à pendente Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2027-2032, quando divulgada.

4) CONCLUSÃO:

Concluídos os trabalhos, eu, Diogo Sguissardi Margarida, Presidente do Comitê de Gestão Estratégica e Riscos, minutei o presente relatório, que será publicado na Internet/Intranet deste Tribunal.